



INTERSINDICAL DOS ELETRICITÁRIOS DE SC

# LINHAVIVA

Nº 1336 - 03 de novembro de 2016



·IMPRESSO·

# Um tsunami de ELETRICITÁRIOS

*Trabalhadores dão exemplo de união e força em atendimentos à população após catástrofe no sul do estado*

Após um Tsunami Meteorológico atingir o litoral de Santa Catarina com consequências mais graves na Regional de Tubarão, um verdadeiro batalhão de eletricitários, composto por celesquianos e empreiteiras, enfrentou o desafio de repor a energia aos clientes afetados por este fenômeno, totalizando aproximadamente 140 mil unidades sem energia.

As consequências deste fenômeno causado por fortes ventos registrados na região, que segundo dados registraram rajadas de até 220 km/h, trouxeram um estrago de grande proporção à cidade e também muitos danos à rede de distribuição de energia.

O Centro de Operação de Distribuição (COD) de Tubarão foi imprescindível na atuação diante da catástrofe. Despachantes, Administradores, Gerentes e Técnicos comandaram e auxiliaram a grande massa de reclamações que chegavam a todo o momento, pois o caos tinha se instalado e era necessário estabelecer prioridades nos atendimentos. O sistema de comunicação foi danificado e só voltou a funcionar no dia seguinte; os celulares funcionavam

precariedade por terem suas torres atingidas.

Felizmente, com a ajuda de celesquianos de outras regionais e empreiteiras que chegavam a todo instante na Divisão Técnica, foi aumentando a eficiência no atendimento da recomposição do sistema. Os serviços não foram interrompidos, continuaram pelas madrugadas adentro. Alguns funcionários que estavam trabalhando para repor a energia também tinham sofrido danos em suas respectivas residências, porém, deixaram as suas casas para ajudar no reestabelecimento de energia para a população.

A Intercel, diante do ocorrido, com todas as dificuldades enfrentadas pelos envolvidos que trabalharam em meio a ventos e tempestades que não davam trégua, com grande cansaço físico e emocional, vem agradecer o empenho e contribuição de todos os envolvidos (gerentes, empregados e empreiteiras), que não mediram esforços em prol da recuperação e reestabelecimento da energia, com segurança e eficiência. Esforço este que também teve os seu reconhecimento por parte da população.

**"A Intercel, diante do ocorrido, com todas as dificuldades enfrentadas pelos envolvidos que trabalharam em meio a ventos e tempestades que não davam trégua, com grande cansaço físico e emocional, vem agradecer o empenho e contribuição de todos os envolvidos"**



## CNE REALIZA ATO CONTRA A PRIVATIZAÇÃO DO SETOR ELÉTRICO NA CHESF E NO MME

Parte da agenda nacional de mobilização, atos tiveram com ampla participação da categoria



Em frente ao Ministério de Minas e Energia (MME), trabalhadores do setor elétrico realizaram ato contra a privatização do Sistema Eletrobras, na terça-feira, dia 27 de outubro.

A manifestação faz parte do calendário de lutas do Coletivo Nacional dos Eletricistas, (CNE) que tem por objetivo denunciar o ataque do governo ilegítimo de Michel Temer contra as empresas de distribuição, geração e transmissão de energia controladas

pela Eletrobras.

Concluindo o calendário de mobilização contra a Privatização do Setor Elétrico, a retirada dos direitos dos trabalhadores e em defesa do Sistema Eletrobras, que também contou com atos no Rio de Janeiro, em Florianópolis, o Coletivo Nacional dos Eletricistas realizou uma forte manifestação na sede da Chesf, em Recife, na última terça-feira, dia 01. Para Paulo de Tarso, presidente da Confederação

Nacional dos Urbanitários (CNU), o setor elétrico está sendo barganhado para o pagamento do projeto golpista em curso no Brasil. "O capital privado está avançando rapidamente no setor elétrico, principalmente, as empresas de origem chinesa. Esse projeto tem como objetivo a retirada de direitos, a privatização das empresas e dos serviços públicos. Além da ampliação irrestrita da terceirização", ressaltou Tarso.

### ENGIE

## DESPESA COM PESSOAL PESA CADA VEZ MENOS

Existem vários argumentos para que a Engie conceda avanços no ACT 2016/17

Assim como na edição passada, a equipe do Linha Viva traz dados técnicos e econômicos da Engie para demonstrar que a empresa pode avançar nas reivindicações dos trabalhadores para o ACT 2016/17. Uma delas é que os gastos com pessoal são cada vez menores na empresa. Ao longo dos anos, o crescimento da Receita Líquida mostrou uma tendência de crescimento superior ao das despesas de pessoal. Os dados dos primeiros semestres desde 2001 revelam que, em apenas um semestre (2004), a despesa de pessoal superou 5% da Receita Líquida. Comparativamente, no 1º semestre de 2016 foi de 3,6%. Já nos demais semestres, para cada R\$ 100 de receita a Tractebel gastou em média R\$ 4,50 com pessoal.

### GOLPE

## TERCEIRIZAÇÃO À VISTA

Protagonista de retrocessos, Supremo Tribunal Federal julgará a terceirização ilimitada

Primeiro acabaram com a súmula 277, que garantia tranquilidade aos trabalhadores nas negociações de Acordos Coletivos de Trabalho. Depois atacaram o Direito de Greve, imputando perdas salariais a quem está reivindicando melhores condições de trabalho e vida em movimentos parciais. Agora, o Supremo Tribunal Federal (STF), a serviço do golpe, volta as atenções para a terceirização. A presidente do STF, Carmen Lúcia, pautou para dia 9 de novembro o julgamento do Recurso Extraordinário 958.252, que discute a constitucionalidade da Súmula 331 do Tribunal Superior do Trabalho (TST).

O agendamento do julgamento deixou trabalhadores aprensivos, uma vez que o STF tem sido palco de profundos retrocessos trabalhistas e sociais. Na prática, o julgamento pode liberar qualquer forma de terceirização, porque a súmula regula a prática no país, sendo base para todas as decisões judiciais nesse sentido. Caso o Supremo decida que a 331 é inconstitucional, a terceirização plena será liberada. Ao reduzir salários, aumentar a jornada, potencializar acidentes de trabalho e estimular o calote, a terceirização consiste no processo de desumanização dos trabalhadores.

# Terceirização à moda

# DCL

Diretoria Comercial lança edital e entrega de bandeja fiscalizações de fraude para terceirizadas

A Diretoria Comercial lançou, no último dia 21 de setembro, a deliberação nº 179/16, propondo a licitação de empresa terceirizada para inspeção de unidade consumidora do grupo "B". O objetivo é "a redução de perdas e recuperação de receita para a Celesc", combatendo irregularidades (fraudes, desvios, defeitos). Serão investidos até R\$ 14 milhões ao ano para atender os objetivos propostos.

A iniciativa poderia ser avaliada sob vários aspectos. Positivamente, podemos reconhecer que enfim a diretoria comercial conseguiu enxergar o óbvio, após uma década de total abandono da fiscalização. O atual Diretor Comercial sempre foi categórico em afirmar que a ANEEL remunerava essas perdas e, por essa razão, não compensava ter despesa com fiscalização. Das duas uma: ou o diretor

aprendeu a fazer conta ou alguém lhe deu um puxão de orelha.

Segundo informações públicas, as perdas não técnicas da Celesc ultrapassam a cifra de R\$ 100 milhões. A procuradora do Ministério Público do trabalho, na audiência de conciliação do ACT, cobrou do Diretor de Gestão que a empresa deveria investir na recuperação dessas perdas ao invés de somente propor a redução salarial dos empregados como alternativa para atingir as metas na ANEEL.

Mais uma vez, a incapacidade e descompromisso com a Celesc Pública leva a diretoria a tomar medidas emergenciais e atabalhoadas. Primeiro desmontaram um sistema de fiscalização que funcionava, bem ou mal, na maioria das agências regionais. Esse abandono gerou o crescimen-

to absurdo de fraudes, motivando inclusive a criação de empresas especializadas em fraudar medidores. Milhares de medidores estão com defeito, sem registrar consumo. Outras tantas milhares de unidades consumidoras estão sem medidor e ainda há ampliação de ligações clandestinas em áreas ocupadas irregularmente, que além de não pagarem consumo, comprometem o sistema elétrico. Aliás, um dos objetivos da licitação é "...educativo para evitar a impunidade e o crescimento das fraudes impulsionadas pelo momento econômico do Brasil". Como se as fraudes surgissem agora, não tivessem causa cultural potencializada pelo abandono e impunidade das últimas gestões. O argumento é de uma ignorância (ou má intenção) que consegue expressar a incapacidade da diretoria.

## A solução milagrosa

Sempre em busca de cortar caminhos, nesse momento, a terceirização é apresentada como solução milagrosa. O interessante é que agora há disponibilidade orçamentária de R\$ 14 milhões para fazer a licitação. Somente agora a diretoria tomou conhecimento das perdas? Não faltaram avisos, pedidos, apelos de todas as regionais do absurdo de abandonar as fiscalizações.

Na proposta atual a Celesc pagará um "bônus" para cada irregularidade encontrada. O objetivo do "bônus" é: "mitigar (aliviar, suavizar) condutas irregulares das equipes da contratada no que tange a possíveis subornos por parte dos clientes". Tem mais, a contratada manterá, na agência Central, "equipes de analistas que farão os cálculos de revisão de faturamento, equipe de apoio jurídico para atender os prazos regulatórios de resposta de recursos administrativos e fornecer perícias técnicas dos equipamentos de medição (Medidores), quando solicitado pelo cliente, com laudos emitidos por laboratórios acreditados pelo INMETRO e certificados pela ISSO 9001".

Esse processo é no mínimo estranho. Primeiro, pagarão "bônus" por fraude para a contratada por duvidarem da idoneidade dos fiscais terceirizados. Isso está explícito no tex-

## O golpe dissimulado

Com esses R\$ 14 milhões, por ano, poderia ser contratado 2 equipes de eletricitistas e 1 assistente administrativo para cada agência, exclusivos para trabalhar com fiscalização dos grupos "A" e "B". O supervisor do SPTC indicaria os quadros mais adequados para compor as equipes de fiscalização, não necessariamente os novos contratados. Assim, teríamos equipes profissionalizadas e confiáveis executando essa tarefa, teríamos o controle do processo e poderíamos perpetuar essa prática.

Fica evidente que a Diretoria Comercial, ao propor a

Segundo, os "analistas" que farão os cálculos ficarão na agência central, assim como a equipe de apoio jurídico e perito em medidores.

Outra questão, não precisa de jurídico para responder recursos administrativos. No modelo atual, são respondidos por assistente administrativo em todas as regionais e seguem um padrão de resposta. O jurídico só é acionado em último caso, para executar a dívida judicialmente. Por último, emitir perícia técnica em medidor (solicitada pelo cliente) é uma raridade e a Celesc tem quadros e equipamentos para dar conta dessa demanda.

Se as inspeções ocorrerem em todo estado, os Termos de Ocorrência de Inspeção, com ou sem deficiências e irregularidades serão encaminhados para a central para serem calculados e baixados no SIGA. A pergunta é: Quem fará o atendimento nas regionais? Quem atenderá o cliente para fazer esclarecimentos, tirar dúvidas, correções, encaminhará os recursos para a central? Mais, quem fará a negociação com o cliente, fará a quitação, parcelamento do débito, acompanhará a cobrança? Imagino que deva ter um escritório com um empregado da terceirizada em cada regional. Caso não seja dessa forma, olhem o risco que estamos

correndo: caso não tenhamos profissionais habilitados e comprometidos com esse processo nas regionais, simplesmente os valores calculados e baixados no Siga não serão cobrados. Ou seja, somente a terceirizada lucrará os R\$ 14 milhões. Vejam como é sem sentido, se o diretor comercial afirma que está terceirizando por falta de profissionais, como é que ele fará para ter no mínimo um profissional da Celesc em todas as regionais para garantir a cobrança? Ou alguém imagina que "todos" os atendentes estão capacitados para executar essa tarefa? Jamais foi investido para capacitar um único empregado, exatamente porque ele defendia que não era necessário fiscalizar.

Ficou claro que a diretoria não confia na idoneidade dos fiscais terceirizados. Também não está previsto que haverá um empregado da terceirizada em cada regional para dar atendimento aos clientes e que este serviço deverá continuar a ser feito por empregado da Celesc; considerando que não há necessidade de equipe jurídica para responder recursos administrativos, que não haverá advogados para executar cobranças judiciais e haverá pouca necessidade de emitir perícia técnica, fica evidenciado que restam mais dúvidas que certezas nesse processo.

mento no estado para conhecer a realidade?

O lamentável é que nos últimos anos não havia recurso sequer pra comprar um GPS para veículo da fiscalização ou um computador pra fazer os cálculos de revisão de faturamento. Nem para um treinamento básico para os envolvidos na fiscalização ou na gestão de perdas não técnicas. Sempre faltou tudo. Agora, há R\$ 14 milhões para compra de equipamentos, treinamentos, contratação de pessoal e equipar laboratórios pra uma empresa terceirizada. Tudo aquilo que sempre necessitamos e nunca tivemos.

Um ano de luta e

# LAMA

**A tragédia de Mariana completa  
dia 5 de novembro 1 ano sem que  
os responsáveis tenham sido  
efetivamente punidos**

VITÓRIA,  
2015

## Rio Doce

Outrora doce,  
o rio corre,  
ora leve,  
ora pesado,  
de metais  
- sabor amargo,  
por entre vales,  
por entre lágrimas,  
goles letais

Tempero ingrato  
- ai paladar -  
no caldo de lama  
que chega ao mar.  
E deixa rastros:  
de gana, destruição e dor;  
flora e fauna a lamentar  
em busca do cantador:  
- Bem-te-vi, bem-te-vi, bem-te-vi

E a delicada ave,  
de melodia matinal,  
olhinhos sujos de barro:  
- Não-te-vi, não-te-vi...

Calou-se a afogou-se.

LIBERTAD  
ESTE SERA  
TAMBEM

